



Prémio Victor de Sá  
de História Contemporânea – 2014  
Entrega dos Prémios – dezembro de 2014  
Luís Alberto Marques Alves

### Permitam-me “dar voz ao Mestre”

“(…) A perspectivacão histórica de uma época representa uma importante tomada de consciência que nos permite intervir com eficácia no curso da sociedade em que nos inserimos. Daí o interesse que tem a disciplina da História, que não pode consistir apenas no conhecimento amontoado dos factos do passado. É essencialmente o conhecimento racional, crítico e sistematizado das grandes linhas de evolução ou transformação das sociedades, através dos acontecimentos verdadeiramente significativos e determinantes de uma época.

A história é uma tomada de consciência do homem considerado colectivamente. Surgiu das suas inquietações e ansiedades, da perplexidade perante as grandes transmutações sociais. É nos períodos de crise que mais se evidencia a importância da história. (...) É que o passado não vale por si exclusivamente, mas sobretudo pelo que responde às inquietações do presente. (...) O historiador que seja apenas o descobridor ou colecionador de factos do passado, aquele que se fecha nos arquivos de olhos cerrados para a realidade contemporânea que o cerca, mais tenderá a mitificar a história, do que a científicá-la (...).” [SÁ, Victor de (1975). *A História em Discussão*. Lisboa: Publicações D. Quixote, p.18-19].

# 1

## Deixem-me abrir-vos as portas dos critérios de avaliação que partilhei com o Mestre

Fui ao baú dos trabalhos que permitíamos e Victor de Sá fomentava na cadeira de História Contemporânea e retirei alguns dos apontamentos manuscritos que ele sempre colocava depois da sua análise minuciosa. Elegi alguns também para nos permitir “estar hoje” aqui com ele.

- “Uma correcta preocupação de objetividade assente em critérios de opção bem definidos”.<sup>1</sup>
- “O trabalho está bem estruturado, bem elaborado e bem documentado. Assente em bibliografia rica, tem ainda a originalidade de algumas pesquisas na imprensa (“O Comércio do Porto” e “Seara Nova”). (...) O plano do trabalho permite uma boa complementaridade entre a análise conjuntural (no corpo do texto) e a análise circunstancial, factual (nos apêndices)”.<sup>2</sup>
- “Trabalho irregular, no entanto com certa capacidade de perspectivação histórica e, por vezes, boa capacidade de sistematização. Frequentemente confunde-se mais com um trabalho de crítica pedagógica do que de história”.<sup>3</sup>
- “Um bom trabalho que abrange praticamente os principais aspectos da Época Contemporânea Portuguesa. Trabalho bem planeado, e documentado. Boa Bibliografia (...)”.<sup>4</sup>
- “Uma das qualidades deste trabalho está no reconhecimento dos seus Autores de que as dificuldades metodológicas não foram totalmente resolvidas. Uma das razões dessas dificuldades resultou de terem retardado demasiado o contacto com as fontes documentais que anunciaram desde o início (só depois da Páscoa é que isso aconteceu). Daí o tom fugidio, por vezes e, outras, provisório da exposição, que se sente ter sido precipitada à última da hora (até prazos excedentes). Mas reconhece-se o esforço, a capacidade de pesquisa e de dilucidação dos problemas, a preocupação metodológica e a honestidade intelectual de reconhecer as próprias limitações. A partir daí (daqui) os Autores poderão redigir de novo o seu trabalho

com outra segurança que, quanto a mim, o tornaria muito útil se viesse a ser publicado, e prosseguir as pesquisas de modo a abranger também a crise de 1969 (2.<sup>a</sup> metade da década de 1960).<sup>5</sup>

Inspirados pela forma criteriosa mas instigadora como ele analisava os trabalhos dos seus alunos, saltemos para o âmbito do seu Prémio, relativo a 2014.

## 2

### Percursos de uma avaliação difícil mas consensual

Entre os 14 candidatos ao Prémio deste ano, o júri entendeu destacar muitas das características que faziam parte dos critérios de avaliação do Professor Victor de Sá nas cadeiras que regeu na Faculdade de Letras do Porto a partir de 1976. Partilhei com ele esses momentos de grande aprendizagem para mim (primeiro como monitor e depois como assistente), de frutuosas análises de temas que, repentinamente, tornavam-se possíveis e passíveis de investigação nas Universidades Portuguesas. Ontem como agora, a clareza dos projetos, a cientificidade (englobando a originalidade, a profundidade e a fundamentação), a diversidade e qualidade das fontes, a correção linguística e a estrutura geral foram os descritores eleitos para hierarquizar os concorrentes. A tarefa árdua derivou da riqueza, qualidade e diversidade dos trabalhos, permitindo um enriquecimento intelectual e científico que minimiza o tempo tomado na sua leitura.

Destacar três, dois com menção honrosa e um primeiro lugar, foi uma tarefa que teve tanto de absorvente como de instigante. Desde cedo, “Os servidores de Deus e Funcionários de César. O clero paroquial como classe socioprofissional (1882-1917)” de Sérgio Ribeiro Pinto destacou-se pela sua estrutura científica, pela riqueza e diversidade das fontes e pelos preciosos anexos que suportaram e complementaram muitas das suas conclusões. Em particular o Anexo X – Dicionário biográfico que ocupa as páginas 300 a 337 do volume 2 mereceu um particular destaque. Mas a capacidade de explicar a reformulação

da identidade e das funções do pároco, as alterações na actuação nos domínios social e religioso num quadro de emancipação da esfera do Estado, foram aspetos cuja análise foi bem construída a partir de fundamentação rigorosa. Foram convocadas fontes dos Arquivos Diocesano de Braga, Contemporâneo do Ministério das Finanças (as séries dos Boletins de Párocos e das Pensões Eclesiásticas), Episcopal do Porto, Patriarcado de Lisboa, Vaticano e ANTT. Múltiplas fontes publicadas, relevando aqui os diversos “Relatórios e Contas da Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres com o título da Caridade e proteção da Santíssima Trindade” e alguns periódicos que forneceram informações relevantes para a consistência do texto. O júri esteve de acordo com a referência que faz na página 451 onde reafirma o “estatuto epistemológico deste estudo” que lhe “confere um carácter propedeutico a uma análise mais abrangente do processo de laicização da administração civil e a secularização do seu funcionalismo, bem como do papel que o clero paroquial nele desempenhou, e em certo sentido protagonizou”. Era esta singularidade, este gosto pela inovação, este pioneirismo de alguns trabalhos na área da História Contemporânea que Victor de Sá mais relevava nos seus alunos, e a MENÇÃO HONROSA que foi atribuída ao trabalho do Sérgio, faz claramente jus ao espírito deste Prémio, tão pensado e tão generoso que o “Mestre” nos legou.

O trabalho da Aurora Santos, intitulado “A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970”, permitiu-me regressar a Victor de Sá e às “boas conversas” que tivemos a propósito da criação da cadeira – História do Colonialismo e da Descolonização – donde saíram muitos trabalhos para avaliação e cujo suporte teórico apareceu alicerçado na obra “Repensar Portugal – reflexões sobre o colonialismo e a descolonização” editado por Livros Horizonte em 1977. Aí, afirmava Victor de Sá: “Agora deu-se em Portugal a Revolução mais profunda de toda a sua longa história de mais de oito séculos. Independentemente das paixões e obsessões partidárias, que na sofreguidão de obter clientelas eleitorais tanto têm contribuído para alienar os Portugueses da compreensão da grandeza do momento histórico que temos vivido, Portugal deu nos nossos dias uma volta sobre si próprio e recolheu-se com a dignidade de um grande povo, à sua genuína nacionalidade, encerrando-se desse modo, no curto lapso de ano e meio, um ciclo de cinco séculos de colonialismo, de extravasão de Portugal para fora de si próprio”<sup>6</sup>. Lendo o excelente trabalho da Aurora, percebemos que o envolvimento da Organização das Nações Unidas

na contestação da política colonial portuguesa entre 1961 e 1970, podia ter dado frutos mais cedo, teria evitado o isolamento internacional, teríamos antecipado a dor da separação e, sobretudo, evitado o desperdício de mais de uma década de guerra colonial. No seu trabalho fica claro que a boa vontade da admissão de Portugal enquanto membro, não chegou para sensibilizar o governo português para a inevitabilidade da autodeterminação, obrigando as Nações Unidas a um crescendo de contestação da política colonial portuguesa. As tensões entre os princípios e os propósitos das Nações Unidas, os esforços inglórios da diplomacia portuguesa, a ruptura com as disposições da Carta das Nações Unidas e com a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais aprovada em finais de 1960, no que concerne à autodeterminação, criaram um distanciamento cada vez maior e tornaram obsoletos os argumentos jurídicos a que Portugal queria limitar a discussão. Daí também que as conversas, resoluções e contradições passassem a fazer parte do relacionamento internacional entre Portugal e as Nações Unidas, algumas vezes até através diretamente do Conselho de Segurança. Este extremar de posições é apenas visível a partir de 1965-1967 com, finalmente, as discussões passarem a ter consequências em termos de acusações directas ao governo português. Mas o período de 1968 – 1970 assiste a uma nova moderação na linguagem e nas implicações, para entre 1971-1974 voltar “um novo período de radicalismo” como bem analisa a autora. Daí referir já na sua conclusão que “tendo por base a análise empírica pensamos poder afirmar que o registo da acção das NU quanto à questão colonial portuguesa pode ser descrito como misto, podendo-se apontar falhanços e sucessos”. E, continua “se a Organização demonstrou as limitações das tentativas para conseguir que Portugal aceitasse a mudança normativa subjacente à ideia de autodeterminação, deve-se reconhecer a importância que as suas decisões tiveram para a internacionalização da questão colonial” (p.453). Hoje, pelo trabalho apresentado, conhecemos muito melhor este contexto e os meandros da política internacional no que diz respeito ao nosso “colonialismo tardio”. A gratidão dos que gostam da história contemporânea portuguesa, terá de ser grande face à competência como este assunto foi tratado neste trabalho da Aurora Santos.

Dos bastidores da ONU, passemos agora, ainda que brevemente, aos “Bastidores da Corte: O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908”, trabalho

que o júri de forma unânime elegeu como merecedor do Prémio em 2014. Antes de mais os nossos parabéns ao Pedro Urbano da Gama Machuqueiro que conseguiu dar espessura científica a um período cronologicamente curto. É pois natural que comece por relevar, nas 748 páginas com que presenteou o júri, a importância das fontes manuscritas analisadas em variados Arquivos, a riqueza e diversidade das publicações periódicas, as fontes impressas (opúsculos, memórias, programas...), os estudos nacionais e estrangeiros, a capacidade de sistematização evidenciada em cerca de 20 Quadros, 22 Tabelas e 24 Gráficos, para além de Anexos com mais de 200 páginas com um glossário e mais cerca de 125 quadros. Estes números são importantes porque eles representam a espessura investigativa que dá ainda mais consistência a um texto rigoroso mas claro, esclarecido e bem suportado cientificamente, interrogativo porque coloquial, permitindo-nos entrar em cena pela porta da competência epistemológica. Os seus interlocutores/personagens foram minuciosamente caracterizados e democraticamente analisados, do Vedor da Fazenda ao Porteiro-mor, do Capelão ao Mestre-sala. Aliás o “elemento humano” como se refere o Pedro Urbano, está omnipresente no seu texto, cruzando muito bem a importância das suas funções com a complementaridade dos seus papéis na Casa Real. Ao lado de assuntos rigorosa e profundamente tratados, por exemplo as cerca de 100 páginas dedicadas à Fazenda da Casa Real enriquecidas com 15 quadros de sistematização de informação, surgem-nos outros, aparentemente menores mas que nos ajudam a perceber o distanciamento entre Portugal e a Monarquia, por exemplo as 20 páginas dedicadas à “intriga e à camarilha”, seja pela voz da imprensa que trazia a intriga palaciana para a praça pública, seja pela pena do Conde de Sabugosa e da sua obra “Bobos na Corte” publicada em 1924. Aliás este cruzamento que o nosso premiado faz entre os vários tipos de fontes que consultou é claramente de alguém que tem um seguro domínio sobre o tema que está a trabalhar. Um outro aspeto que gostaria de enaltecer é a capacidade que demonstrou de tecer uma malha apertada em assuntos até aqui menos abordados, seja a forma como trabalhou as cerimónias públicas e privadas, muitas vezes em comparação com famílias reais de outros países, seja a análise que dedicou ao tratamento das finanças régias, manifestamente e crescentemente deficitárias, ao ponto de levar João Franco a propor a discussão dos adiantamentos, contra a vontade de D. Carlos que numa carta a ele dirigida em 23 de junho de 1907 afirmava – “deixa-me

dizer-te que se me oferecem as mais sérias dúvidas sobre a oportunidade de lançarmos neste momento a questão da Casa Real”<sup>7</sup>. Mas, se neste assunto particular o Rei teve consciência da inoportunidade da sua discussão pública, o trabalho do Pedro mostra-nos que “às explicações da crise final da Monarquia Constitucional e sua consequente queda, nomeadamente às ‘revoluções’ oriundas ‘de baixo’ e ‘de cima’ há que doravante ter presente o próprio papel que a Casa Real desempenhou nesse processo, nomeadamente pela sobrevivência de estruturas arcaizantes e a sua consequente incapacidade de adequação à conjuntura que então emergira” (p. 471-472). Com estas linhas finais do trabalho do premiado sabemos hoje que os horizontes da compreensão da queda da monarquia estão agora mais desanuviados, a explicação científica mais consolidada e o nosso conhecimento da história contemporânea portuguesa mais consistente. Agradecemos ao Pedro e ao seu trabalho.

Afirmava Victor de Sá em 1975 que “todo o esforço individual deve ser integrado na construção colectiva de um fundo de conhecimentos críticos, isto é, analisados e confrontados, pois só a partir destes elementos previamente estabelecidos com solidez científica se poderá caminhar para fases mais evoluídas ou aprofundadas da investigação” [SÁ, Victor de (1975). *A História em Discussão*. Lisboa: Publicações D. Quixote, p.81]. Penso que os trabalhos concorrentes ao Prémio de 2014, cumpriram bem esta função. Parabéns a todos!

11 de dezembro de 2014.

### 3 Notas

<sup>1</sup> Parte do comentário ao trabalho “Fascismo e Repressão em Portugal” apresentado para a cadeira de História Contemporânea de Portugal no ano lectivo de 1977/78 por Eduardo Jorge Lopes da Silva, José Carlos Tinoco Ramalho, José Manuel Lopes da Silva e Maria Teresa Barbosa Teixeira.

<sup>2</sup> Parte do comentário ao trabalho “Elementos para a compreensão da ascensão do fascismo em Portugal” apresentado para o Seminário de História Contemporânea no ano lectivo de 1977/78 por Amadeu Maia Tedim, Armando de Oliveira Ferreira da Silva, Maria Isabel Sabino Domingues, Paulo da Silva Ferreira e Rogério Almeida Santos.

<sup>3</sup> Parte do comentário ao trabalho “O Sistema de Ensino na 1.ª República” apresentado para o Seminário de História Contemporânea no ano lectivo de 1977/78 por Domingos Heitor Coutinho, Óscar Parente, José Manuel Laranjeiro e Joaquim Pinto Ribeiro (alunos militares).

<sup>4</sup> Parte do comentário ao trabalho “O Capitalismo em Portugal na segunda metade do século XIX” apresentado para a cadeira de História Contemporânea de Portugal no ano lectivo de 1977/78 pelos alunos Aurélio Rodrigues e Victor Manuel Pinho da Silva.

<sup>5</sup> Parte do comentário ao trabalho “A Luta Estudantil na primeira metade da década de 1960” apresentado para a cadeira de História Contemporânea de Portugal no ano lectivo de 1977/78 pelos alunos Eloy Rodrigues e Paulo Amaral.

<sup>6</sup> SÁ, Victor de (1977). *Repensar Portugal – reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*. Lisboa, Livros Horizonte, p.14-15.

<sup>7</sup> BRANCO, João Franco Castello (1924). *Cartas D’El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu último Presidente do Conselho*. Livrarias Aillaud e Bertrand, p. 136.